



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia DOMINGO E SEGUNDA, 07 e 08 :: junho :: 2015

# Subvenções: delações e pressões dão novo rumo ao caso

Gabriel Damásio

gabrieldamasio@jornaldodia.com.br

O escândalo das subvenções da Assembleia Legislativa entra agora em uma reta decisiva. Nesta terça-feira, a partir das 8h, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SE) vai retomar os depoimentos das 57 testemunhas indicadas pelos advogados de defesa dos 24 deputados estaduais da Legislatura 2011-2014, os quais são processados pelo uso irregular dos R\$ 12,4 milhões em verbas repassadas para entidades assistenciais inexistentes ou ligadas aos próprios políticos. Ao mesmo tempo, o Ministério Público Federal (MPF) deve decidir quando irá tomar o depoimento dos quatro acusados ligados à Associação de Moradores e Amigos do Bairro Nova Veneza (Amanova), os quais foram presos pela Polícia Civil e liberados depois de assinarem um acordo de delação premiada com o Ministério Público Estadual (MPE).

Este foi o primeiro caso do tipo na história do MP sergipano. Entre os que aderiram à delação, na qual o acusado fornece informações e abre mão de alguns direitos legais em troca da liberdade ou de uma futura redução de pena, está o empresário Nolleit Feitosa Vieira, o "Carlinhos", apontado nas investigações como o principal operador dos desvios dos recursos repassados à Amanova por indicação dos então deputados Augusto Bezerra (DEM), Paulo Hagenbeck Filho (PT do B) e Susana Azevedo (PSC, hoje conselheira do Tribunal de Contas).

Segundo o MP e a Polícia, cerca de R\$ 1,1 milhão destas verbas teriam sido sacadas da conta da associação e repassadas para o próprio Augusto Bezerra (R\$ 478 mil), a presidente Clarice Jovelina de Jesus (R\$ 210 mil), o microempresário José Agenilson de Carvalho Oliveira (R\$ 237,4 mil) e o motorista Wellington Luiz Góes Silva (R\$ 516,9 mil). Clari-

são os outros que recorreram à delação depois de serem presos. Em liberdade, os quatro envolvidos não podem sair de Aracaju e respondem criminalmente pelos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Segundo o juiz federal Fernando Escrivani Stefani, relator do processo no TRE, os delatores devem depor logo após a oitiva das testemunhas de defesa, quando o espaço é aberto para convocar todas as pessoas que foram citadas ao longo da fase de instrução, principalmente pelas mais de 100 testemunhas indicadas pelo Ministério Público, já ouvidas em abril e maio. Nolleit foi o mais citado nos depoimentos das testemunhas ligadas à Amanova, que alegavam ter entregue o dinheiro das subvenções a um homem chamado "Carlinhos". A Polícia Civil descobriu posteriormente que "Carlinhos" foi o nome inventado por Nolleit em um guia que ele teria entregue a estas testemunhas com uma versão que deveria ser repetida nos depoimentos - o guia foi logo apelidado de "Cartilha da Mentira".

O MPE e a Civil têm guardado silêncio sobre o que foi dito na delação premiada, mas a delegada responsável pelo caso, Danielle Garcia, confirma que os depoimentos revelaram praticamente todo o esquema e entregaram os nomes de outras pessoas envolvidas no uso irregular das subvenções, incluindo políticos. Já se sabe, inclusive, que as verbas pedidas pela Amanova e por algumas entidades não eram aplicadas na construção de creches ou outras benfeitorias, mas sim era repartida entre os participantes do esquema. Conforme a polícia, Nolleit repassaria 90% do dinheiro ao parlamentar interessado, entregava mais 3,5% ao presidente da associação, ficava com 3% do valor e distribuía o resto entre os outros dirigentes.



DIVULGAÇÃO/TRE

▶ O TRE RETOMA DEPOIMENTOS DE TESTEMUNHAS ESTA SEMANA

que este esquema teria sido repetido na Associação Lira Musical Nossa Senhora da Conceição, de Capela, que recebeu R\$ 300 mil em verbas da Assembleia, indicadas pelo hoje deputado federal Adelson Barreto (PSB). Os depoimentos

dados ao TRE no mês passado indicam que este dinheiro foi sacado de uma agência do Banes em Capela e entregue, em um malote, para o vereador Antônio Arimatéia Filho (PSB), aliado de Adelson. Esta é a acusação do MPF, o qual afir-

ma que as subvenções podem ter sido usadas para comprar material de campanha, e não para reformar a sede da associação. Na semana passada, Arimatéia foi ouvido no MP Estadual e voltou atrás em sua versão, admitindo os saques.

## ▶ Delegada do caso é "blindada" contra pressões de políticos

Em meio ao surgimento dos nomes de políticos envolvidos com o desvio das subvenções, cresceram os rumores de que o governador Jackson Barreto e a cúpula da Secretaria da Segurança Pública (SSP) estariam sendo pressionados para substituir a delegada Danielle Garcia, atual diretora do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap), responsável pelo inquérito das subvenções. Nos bastidores, afirma-se que pessoas ligadas aos políticos envolvidos estariam apelando aos gestores para que a delegada seja transferida para outro departamento. Oficialmente, o governo do Estado e a SSP não comentam os boatos, os quais têm gerado grande indignação da população.

Na semana passada, ao ser perguntada pelo JORNAL DO DIA sobre isso, Danielle se disse tranquila e "blindada" pela SSP contra as ingerências políticas. "Eu me sinto blindada pela minha chefia imediata. Estou trabalhando com total isenção, fazendo exatamente o que acho que



DIVULGAÇÃO

▶ A DELEGADA DANIELLE GARCIA

deve ser feito no curso da investigação. E eu acredito que as coisas não vão mudar, até porque ficaria muito feia uma mudança no meio de uma investigação tão importante. Faço a minha parte com o afinho de sempre e, se existiu ingerência política em algum momento, ela não chegou em mim. Estou completamente à vontade, graças a Deus", garantiu a delegada.

A suposta ligação dos deputados com estes desvios indicam que todos os inquéritos sobre as subvenções devem ser entregues ao

procurador-geral de Justiça, José Rony Almeida, o qual deve pedir que o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) autorize a abertura de inquérito policial ou abertura criminal contra os parlamentares citados. Na lei esse proce-

dimento é exigido porque os deputados estaduais têm foro privilegiado. Augusto Bezerra, que foi o mais citado nas investigações, disse nesta sexta-feira à colunista Rita Oliveira, do JORNAL DO DIA, que está com a consciência tranquila e que vai autorizar a quebra de seus sigilos bancários, fiscais e telefônicos. "Conheço e confio na Justiça do meu Estado. Nunca desrespeitei ninguém. Quero conhecer as acusações para me defender. Farei isso no tempo certo", disse o deputado, justificando que só foi chamado para assinar o cheque atrás para que o banco autorizasse o pagamento, e que o dinheiro seria para a Amanova pagar a uma construtora pela construção de sua creche. (Gabriel Damásio)